

27 DEZ 1991

Po
Cor
poral

PEDRO CAFARDO

O governador Luiz Antônio Fleury Filho disse que entendimento é conversa. Não é. Entendimento é ação. Desculpem a raiva pós-natalina, mas está na hora de dizer que o Brasil tem conserto e, mais do que nunca, precisa de alguns poucos homens de coragem. Gente que deixe de lado o governo e tome decisões para mudar o País.

A questão número um hoje é: como reduzir a inflação e retomar o crescimento? Há uma forma de resolver essa questão, mas ela depende, é bom insistir, de coragem. O presidente Fernando Collor voltou a falar em agenda de entendimento. Ajudaria se não falasse. Entendimento hoje é uma coisa que precisa passar longe do governo. Não há credibilidade oficial para isso.

Digamos que o presidente conseguisse reunir numa mesa empresários, trabalhadores e políticos para tentar o que se chama de saída mexicana. Ou seja, as três partes decidiriam qual seria o nível de inflação futura e tomariam medidas para alcançar o objetivo. O resultado dessas medidas certamente daria em desastre.

Um entendimento desse tipo, hoje, com mais conversa e menos ação, teria chance remota de dar certo. Tão logo as partes começassem a conversar, a inflação se aceleraria. Todos os agentes econômicos entenderiam que o governo estaria preparando uma prefixação de preços e aproveitariam para reajustar os seus enqua-



Só falta coragem

ESTADO DE SÃO PAULO

to ainda fosse tempo. Voltaríamos à famosa remarcação preventiva de preços, que já ocorreu no passado antes dos pacotes e da qual estamos livres atualmente.

Se o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tiver juízo, bombardeia logo essa idéia de entendimento lançada por Collor. Não é o presidente quem deve tomar a iniciativa neste momento. Isso cabe a um punhado de homens de coragem. Não que o presidente não tenha coragem. Ele até demonstra ter coragem em excesso em alguns momentos. Seu problema é credibilidade.

A ação prática, com pouca

conversa, precisa ser rápida e direta. Não há momento melhor. A inflação parou de subir, o governo está equilibrando suas finanças sob a fiscalização do Fundo Monetário Internacional e a demanda de bens está em queda. Por que a inflação em janeiro precisa ser de 20% ou 25%? Ela pode ser menor, e isso não depende do governo.

Um grupo de 20 empresários influentes e meia dúzia de lideranças trabalhistas poderiam se reunir segunda-feira, por exemplo, e firmar um acordo para vigorar já no Ano-Novo. "Nós aqui reunidos nos comprometemos a reajustar nossos preços e salários em

apenas 10% em janeiro", diria o artigo 1º do documento. Sua segunda frase completaria: "Este acordo está aberto à adesão de todos os brasileiros de coragem." Ninguém seria obrigado a assinar, principalmente o governo, mas quem assinasse teria de cumprir, porque sua adesão voluntária sofreria a cobrança da sociedade. Se o governo aderisse, muito bem. Se não, mais cedo ou mais tarde acabaria arrastado. Na prática, um acordo desse tipo representaria um tranco na inflação inercial.

"Eu poria em risco a saúde de minha empresa", poderia argumentar um grande empresário. De fato, se a cartada não der certo, quem assinou se arrisca a ter problemas, porque a inflação pode continuar subindo 20% a 25% ao mês enquanto seus preços só aumentariam em 10%. Porém, se funcionar — quanto maior for a adesão, maior será a chance de sucesso —, o acordo ficará com uma avenida política totalmente descongestionada pela frente. No mês seguinte, uma nova reunião fixaria um objetivo ainda mais ambicioso para fevereiro, depois para março. O sucesso do acordo acabaria por acuar o governo e o Brasil poderia exigir dele austeridade e combate à corrupção.

Se a inflação cair, naturalmente, a atividade econômica será reativada. Nas tentativas anteriores de entendimento, as partes foram à reunião com medo de arriscar e só para reivindicar. Os trabalhadores sempre pediram reposição de salários perdidos e os empresários, garantias de preços. Assim, nunca vai dar certo.



■ Pedro Cafardo, jornalista, é editor de Economia do Estado.